

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Federal conseguiu aprovar, na semana passada, na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público desta Casa, o PL nº 1.992/07, que cria um fundo único de previdência complementar para os servidores públicos, entregando o direito à aposentadoria do funcionalismo público ao sistema financeiro. O PL, enviado pelo governo Lula ao Congresso em 2007, cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) e iguala a previdência dos setores público e privado. Assim, os servidores que ingressarem no setor público federal a partir da criação do FUNPRESP terão suas aposentadorias limitadas pelo teto do INSS, que hoje é de R\$ 3.689,99, como acontece com quem se aposentam pelo Regime Geral de Previdência. Para receber além do teto do INSS, o servidor terá de aplicar parte de sua remuneração na Fundação, que já nascerá como o maior fundo de previdência privada do país. Como falamos nesta tribuna na semana passada, o projeto foi abraçado pelo governo em sua lógica de ajuste fiscal. A gestão Dilma trabalhou pesado — colocou cinco ministérios para viabilizar a aprovação do texto, vejam só! — e conseguiu que o parecer do relator Silvio Costa (PTB-PE) recebesse 13 votos contra sete na Comissão. Falta votar 12 destaques — o que deve acontecer esta semana — e depois o PL passará por outras comissões. Mas não virá ao plenário da Câmara, onde poderia ser debatido pelo conjunto daqueles que representam o povo brasileiro. E tudo indica que a mão forte do governo também trabalhará para que o texto não seja modificado nas comissões de Seguridade Social e de Finanças e Tributação. Ou seja, vão dar um cala-boca nos parlamentares da base aliada, como fizeram na Comissão do Trabalho, e mais uma vez passar por cima dos direitos dos trabalhadores, ignorando as diferenças entre o funcionalismo e o setor privado e a importância de uma aposentadoria digna como estímulo para a qualificação do funcionalismo público brasileiro. Esta que é uma obrigação do Estado e, sem dúvida, algo que só tem benefícios a trazer à nossa população. Assim, em nome da manutenção da política econômica e da preservação dos agrados aos banqueiros, a Previdência Social do funcionalismo público é o mais novo setor a ser privatizado pelo governo Dilma. E quem está de olho neste novo fundo? O capital financeiro, evidentemente. Qualquer semelhança com o que vemos acontecer na crise econômica na Europa não é mera coincidência. Também não é à toa que a grande mídia, altamente financiada por este setor, propaga em alto e bom som o discurso falacioso, dos sucessivos governos, de que “a conta da Previdência não fecha”. De acordo com números divulgados pelo próprio Ministério da Previdência Social e pela Receita Federal, a Seguridade Social tem superávit todos os anos. Em 2010, o saldo positivo da conta foi de R\$58 bilhões! Como é que “a conta não fecha”? Dizem isso porque insistem em fazer os cálculos com base apenas na contribuição sobre a folha de pagamento dos trabalhadores e dos empresários, quando as receitas da Previdência devem ser analisadas no conjunto da Seguridade Social, que engloba, além da Previdência, as áreas da Saúde e da Assistência Social. O que ninguém calcula são os bilhões em renúncias à Seguridade Social de que o governo abre mão, para beneficiar diferentes setores da economia, e a retirada de dinheiro da Previdência “autorizada” pela Desvinculação de Receitas da União (DRU). Todos os anos, cerca de R\$ 45 bilhões de contribuições para a Saúde, a Assistência Social e a Previdência são desviados da Seguridade Social e alocados no pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Somente no ano passado foram mais de R\$ 640 bilhões, incluindo o assalto aos cofres da Previdência. É por isso que “a conta não fecha”... E aí, para manter essa engrenagem funcionando, de quatro em quatro anos o Brasil passa por uma “Reforma da Previdência”, que historicamente tem como principais alvos os servidores públicos e os aposentados e pensionistas do funcionalismo. Foi em uma dessas reformas que se teve a brilhante idéia de cobrar a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do serviço público, fazendo com que esses trabalhadores, que por uma vida toda se dedicaram ao funcionamento do país, sigam tendo uma parcela de sua aposentadoria abocanhada pelo sistema. O problema é que nem financeiramente essa cobrança se justifica. O

valor arrecadado com a arrecadação da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas não chega a 10% do que deixa de ser cobrado pelas renúncias voluntárias do governo. Ou seja, por maior que seja o sacrifício imposto a aposentados e pensionistas, se não mudarmos esta política econômica, seguiremos enxugando gelo. Nesta quarta-feira, o conjunto das entidades representativas de servidores públicos da União, Estados e Municípios estará em Brasília, em mais uma mobilização nacional pela aprovação das PECs nºs 555/2006 e 270/2008, que estão na Ordem do Dia para serem votadas, mas que enfrentam a resistência da lógica econômica que vigora no governo e em setores que sempre colocam os interesses do capital acima dos direitos dos trabalhadores. É preciso lembrar que as PECs não criam novos benefícios; apenas resgatam direitos adquiridos. Enquanto a PEC nº 555 acaba com a contribuição previdenciária dos inativos, a PEC nº 270 resgata a integralidade e paridade da aposentadoria aos aposentados por invalidez. O inacreditável é que, enquanto os movimentos se organizam para tentar recuperar direitos retirados, o governo vai na contramão e aprofunda os ataques ao funcionalismo, igualando agora a aposentadoria do setor público à do privado e criando um fundo que acumula ainda mais o capital financeiro em nosso País. O PSOL nasceu da luta contra a Reforma da Previdência implementada pelo governo Lula. Esta é uma questão central para o nosso partido. Por isso, manifestamos aqui nosso compromisso com a luta servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas, e nosso apoio integral ao encontro que realizam esta semana em Brasília. Pela valorização dos servidores públicos! Contra a privatização da Previdência Social do funcionalismo! Pela aprovação imediata das PECs nº 555 e 270!

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu amigo João Ananias, Parlamentar atuante na área da saúde, quero aproveitar este minuto inicial — e temos o Osmar Terra, Parlamentar também comprometido com o tema — para dizer que, no mês de outubro, haverá o Dia Cor-de-Rosa, dia de combate ao câncer de mama. A Bahia, mais uma vez, sai na frente. O Secretário Jorge Solla lançou o Programa Saúde em Movimento para rastreamento do câncer de mama, buscando melhorar o programa de saúde da mulher. Esse programa, Sr. Presidente, terá 3 fases. A primeira é a realização de mamografia para identificar se a mulher tem algum sintoma, algum sinal. Na segunda fase, ela é encaminhada, se houver no exame de mamografia algum sinal de câncer, a uma unidade especializada. Nós teremos 28 microrregiões com unidades especializadas para fazer punção e outros exames para confirmar o diagnóstico. A terceira fase é o tratamento adequado nas UNACONS, unidades de tratamento de doenças oncológicas. Então, quero parabenizar o Secretário Solla e sua equipe por esse movimento. Nós tivemos a experiência na Bahia, Deputado João Ananias — não sei se V.Exa. tomou conhecimento —, do Saúde em Movimento na área de oftalmologia. Nós fizemos mais de 300 mil procedimentos e 60 mil cirurgias, o que foi um sucesso absoluto lá na Bahia. Esse é um segundo momento do Saúde em Movimento, focado na saúde da mulher. Quero também dar como lido o movimento que o MOSAP vai realizar no dia 30 aqui, nesta Casa, pela aprovação da PEC nº 555 e da PEC nº 270, de autoria da Deputada Andreia Zito, que se encontra neste plenário. Nós, inclusive, já fizemos uma audiência pública e entramos com um requerimento para agilizar a votação de ambas, tanto da 555, como da 270, que são PECs que corrigem injustiças contra os servidores públicos. Nós hoje, Deputada Andreia Zito, repudiamos o *Correio Braziliense* por ter feito acusação genérica aos auditores da Receita Federal, dizendo que eles praticavam corrupção na aduana. Nós sabemos que a maioria absoluta, quase a totalidade dos auditores da Receita, são servidores honestos, aplicados, que vivem dos seus

salários. Existem corruptos em todas as categorias — o Deputado Policarpo, que é servidor, como eu, sabe disso —, mas não contribui em nada uma reportagem que acusa genericamente os auditores da Receita de atos de corrupção. Ao contrário, é altamente injusto com aqueles que trabalham honestamente lançar uma pecha dessa a uma categoria tão importante quanto a dos auditores fiscais. Quero aqui, Sr. Presidente, também dar como lido um pronunciamento. Tivemos acompanhando a Comissão de Turismo e Esporte, presidida pelo nosso colega Deputado Jonas Donizette. Estiveram presentes na Bahia os Deputados: Romário, Danrlei, Popó, José Rocha — são baianos tanto José Rocha quanto Popó —, o Deputado Valadares Filho e a Deputada Lídice da Mata para debaterem a herança e o andamento das obras da Copa do Mundo. Tivemos um almoço com o Governador Jaques Wagner. Ele e seus Secretários demonstraram que a Bahia está andando bem, Deputado Policarpo. A Fonte Nova já está com 20% das obras. O aeroporto de Salvador é considerado hoje o 4º melhor aeroporto do Brasil. A Bahia tem uma tradição cultural que justificaria, inclusive, a abertura da Copa do Mundo. O Nordeste faz jus, Sarney Filho, a isso, porque tudo acontece no Sul. Para estimular o desenvolvimento da nossa Região, temos que atrair os principais eventos para a Região do Nordeste, e a Bahia é o centro. Desculpem-me os demais Estados da Região Nordeste. Estivemos acompanhando esta Comissão e alguns fatos nos alegraram muito, como a garantia primeiro, Deputado Sarney Filho, de que Salvador fará a segunda malha cicloviária do Brasil. Isso é transporte limpo, transporte saudável. Salvador terá modais metroviários que irão para Cajazeiras. Salvador, dentre outras obras, meu caro João Ananias, fará a recuperação do maior patrimônio em material cultural da Bahia, talvez a maior feira a céu aberto do Brasil, que é a recuperação e a revitalização da Feira de São Joaquim, além do mercado da CEASA do Rio Vermelho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ANDREIA ZITO (PSDB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na última quarta-feira, dia 24 de agosto, participei de uma das mais difíceis reuniões da Comissão de Trabalho desta Casa. Ao longo de quase 4 horas, lutamos para tentar abrir um espaço para que o Projeto de Lei nº 1.992, que estava parado na Câmara desde 2007, não fosse aprovado da forma como se apresentava. Perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra. Venho hoje a esta tribuna tentar alertar os meus colegas para os riscos que estamos correndo ao não aprofundarmos a discussão sobre um tema tão sério. Não estamos falando apenas da criação de uma previdência complementar para o servidor público, mas sim da própria sobrevivência do servidor público. Ao equiparar, apenas no plano previdenciário, trabalhadores do setor privado e servidores públicos civis, que não têm direito a Fundo de Garantia, participação nos resultados e outros direitos trabalhistas dos celetistas, o projeto tornará os cargos efetivos pouco atraentes para os bons profissionais do mercado, pois hoje nem mesmo a possibilidade de ascensão funcional existe mais. Isso representará, Sr. Presidente, o enfraquecimento e o desmonte do Estado brasileiro. Ao ler os jornais, após a votação do projeto na Comissão de Trabalho, ainda tive mais uma notícia alarmante. Tão logo a votação na CTASP seja concluída, o Poder Executivo entrará com pedido de urgência, ou seja, nós não poderemos mais uma vez discutir sobre a matéria. Teremos uma tramitação relâmpago? Acrescento ainda algo para refletirmos: em abril deste ano, por meio da famosa Portaria nº 39, a Ministra do Planejamento proibiu novas nomeações de candidatos aprovados em concursos públicos. Será que essa iniciativa já não tinha como objetivo impedir o ingresso de novos servidores dentro das regras atuais? Para encerrar, Sr. Presidente, peço a todos os Parlamentares desta Casa que reflitam sobre essas questões e não permitam que um assunto tão importante seja aprovado nesta Casa sem que, no mínimo, tenhamos a chance de democraticamente esgotar a discussão sobre o tema. Sr. Presidente, gostaria ainda, aproveitando o tempo que me resta, de dizer

que amanhã teremos aqui um evento com o MOSAP. Gostaria de convidar os Parlamentares, porque será muito importante discutir mais uma vez a PEC nº 270. Então, convido os Parlamentares a participarem, porque é um tema muito importante. Gostaria de contar com a presença dos nossos colegas.